

A RACIONALIDADE DE LIVRE-MERCADO COMO MÉTODO DE ENSINO DO NOVO ENSINO MÉDIO

Sandro Henrique Pinheiro Verago (C. E. Prof^ª. Maria José Balzanelo Aguilera)

RESUMO: O vigente trabalho propõe elucidar as mazelas perpetradas pela implantação a frio do Novo Ensino Médio na educação brasileira a partir da Reforma subjacente, bem como suas reverberações precarizantes no campo do ensino de Literatura como direito humano. A partir de métodos de ensino mecanicistas e na busca de uma nova função social para a escola, tal proposta, sob o espectro do capitalismo *laissez-faire*, impõe uma racionalidade neoliberal à escola para além de seus objetivos atrelados ao livre mercado, assim como obedece à cultura do empresariamento e do empreendedorismo de si. Também perscruta o apagamento do componente curricular Literatura enquanto projeto de embotamento de subjetividades fundamentais na formação integral dos indivíduos.

PALAVRAS-CHAVE: Novo Ensino Médio; Literatura; Sujeito neoliberal.

1. Introdução

As propostas de renovação dos currículos da escola pública Brasil afora procederam-se historicamente de forma tortuosa e socialmente desigual e desde 2017 com a implantação do Novo Ensino Médio. Seus impactos discriminatórios vêm sedimentando, sobremaneira, uma racionalidade neoliberal em toda estrutura educacional brasileira. A partir de um quadro geopolítico nítido de apropriação de bens e capitais, de traços toyotistas, superando a antiga lógica liberal fordista, os sistemas educacionais, não menos lucrativos, não poderiam deixar de serem abarcados por essa lógica do livre mercado sem que houvesse um direcionamento economicista da área. A partir deste pressuposto, o interesse da economia pela educação objetiva modelar as condutas dos indivíduos dentro de determinada lógica de trabalho com vistas ao capitalismo internacional (COSTA; SILVA, 2019)

Na esteira dessa ideologia, os senhores do mercado buscaram engendrar no imaginário dos formuladores de currículos a necessidade da autoformação deste neossujeito, posto que é fruto de uma sociedade marcada pelas mídias digitais e redes sociais que, buscando diversificar a produção de conteúdo pedagógico e potencializar práticas de consumo, proporcionam pequenas doses de saber. Dessa forma, diante de tantos aparelhos

ideológicos coercitivos, não seria possível livrar-se de uma formação atrelada primordialmente à lógica do livre mercado, afinal

Esse processo de autoformação do sujeito econômico, é um processo subjetivo autoeducador e autodisciplinador pelo qual o indivíduo aprende a se conduzir. [...] ele deve ser vigiado e avaliado para obter seu oportunismo intrínseco e forçá-lo a conjuntar seu interesse ao da organização que o emprega. A estratégia neoliberal consistirá, então, em criar o maior número possível de situações de mercado, isto é, organizar por diversos meios. [...] a obrigação de escolher para que os indivíduos aceitem a situação de mercado tal como lhes é imposta como realidade, isto é, como única regra do jogo, e assim incorporarem a necessidade de realizar um cálculo de interesse individual se não quiserem perder no jogo e, mais ainda, se quiserem valorizar seu capital pessoal num universo em que a acumulação parece ser a lei geral da vida. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 217).

A outros aspectos presentes nessa premissa mercantilizadora destaca-se o princípio da flexibilidade do currículo, objeto amplamente aplicado na implantação dos itinerários formativos, impondo ao neossujeito a capacidade permanente de adaptar-se às diferentes situações socioeconômicas. O processo formativo articula-se à individuação, ou seja, ao modo como se constitui a individualização do sujeito” (PIZOLATI, 2020, p. 524). Como consequência inevitável, atribui-se ao indivíduo, e não mais ao Estado ou à sociedade, a responsabilização pela sua formação ou, como numa chave foucaultiana, pelo governo de si. Nesse sentido, subjaz a reforma do Novo Ensino Médio uma nítida sintonia entre as discursividades neoliberais e estratégias educacionais de cunho excludente.

Nessa lógica do livre mercado, a educação passou a ser tratada como um valor *per se*, espaço no qual esse neossujeito responsabiliza-se por suas escolhas, imbricando consequências ligadas tanto ao sucesso quanto ao fracasso por meio de sua capacidade de gerência de vida. “Atualmente, através da educação meritocrática pensada em chave neoliberal, a ênfase recai no fomento à individualidade exacerbada – noutras palavras: o hiperindividualismo contemporâneo cada vez mais enaltece o eu e se sobrepõe ao social” (PIZOLATI; ALVES, 2021).

Outro aspecto que corrobora o estreitamento de objetivos entre educação e mercado pode ser observado tanto pelo viés semântico que norteia todo o léxico das novas práticas pedagógicas (gestão, competência, geração de renda e emprego, flexibilidade, mundo do trabalho etc.) como pelas políticas de avaliação em larga escala observadas, por exemplo, nas

olimpíadas de Português e Matemática e pelas classificações anuais às quais são submetidas as escolas, o corpo docente e os alunos. Dessa forma, configura-se toda uma discursividade empresarial no campo da educação na busca incessante por resultados. Destarte, “a política avaliativa de caráter gerencialista, em que são utilizados instrumentos externos de larga escala, como dispositivos de poder e de vigilância constante, remete à prática de avaliação por comparação” (NAGASE; AZEVEDO, 2021, p. 254). Portanto, a partir de uma premissa básica da racionalidade neoliberal, impôs-se ao indivíduo uma intersecção “[...] entre individualização e a responsabilização” (SILVA, 2017, p. 700), potencializando ainda mais a competitividade inerente ao universo do mercado, ente já intrinsecamente norteado pela performatividade e pela inovação constante.

Ainda no campo de redefinição de papéis e de nomenclaturas no universo desse modelo gerencial de educação, os alunos assumiram uma das funções mais polêmicas nesse cenário. Alçados à condição de protagonistas, os educandos tornam-se aprendentes, artífices de um jogo cujos professores são meros facilitadores ou apoiadores de aprendizagem. Diante desse quadro teórico imposto pela estética neoliberal, percebe-se que o real pedagógico do “chão da escola” efetua-se sob outra ótica, haja vista toda a fragilidade epistemológica oriunda dos próprios mecanismos digitais ofertados em pequenas doses de saber por esse mesmo mercado. Em decorrência desse fato, a “juvenização” do adulto fez-se presente como um fenômeno de rebaixamento da capacidade do aluno de tomar suas próprias decisões, e “isso não significa, é claro, que esteja imune a qualquer fragilidade, mas que mudaram os modos como esta última se manifesta: trata-se de uma vulnerabilidade semelhante à que afeta também os adultos – embora, às vezes, os pequenos pareçam mais seguros e ‘senhores de si’ que seus pais e professores” (SIBILIA, 2012, p. 109-110). Estamos no campo da autonomia do aluno em tempos pós-fordistas neoliberais, o qual se condiciona pela customização do próprio currículo em detrimento do outro paradigma formativo liberal de ensino cuja autonomia proviria apenas após o fim do ciclo escolar. Assim, acaba-se por inverter a lógica etária, ressignificando conceitos como infância, juventude e vida adulta. Em outros termos,

[...] essas mudanças fazem com que os adolescentes não sejam mais os mesmos. A ideia de uma criança dependente, obediente e heterônoma pacientemente construída ao longo de várias siglas é desafiada pela apreciação da infância, dos jovens, da inexperiência das gerações mais jovens. Ser jovem (mesmo sendo criança ou adolescente) não é mais um

personagem que será determinado pela ação formativa adulta correta ao longo do tempo, mas, pelo contrário, constitui uma série de atributos positivos não apenas neles. (NARODOWSKI, 2016, p. 92-93)

A princípio poderíamos imaginar que esse modelo autoformador do alunado proporciona independência cognitiva e emancipação para o mundo do trabalho. Porém não é o que ocorre, pois engendra condutas voltadas à competitividade, dicotomizando a sociedade entre vencedores e perdedores e agravando ainda mais as desigualdades sociais.

2. O Apagamento da Literatura no Espaço Escolar

Como parte de um projeto privatizante e consequentemente inibidor do ato de pensar, o componente curricular Literatura vem, nas últimas décadas, passando por um processo de apagamento, privando os alunos de uma perspectiva crítica e humanizadora. Se é fato que a globalização promoveu um sistema de ensino imediatista e voltado às demandas do mercado, também transformou o sujeito pouco afeito à leitura das sensibilidades humanas, fenômeno tipicamente potencializado pela apropriação da Literatura.

Se para alguns poucos é proporcionado uma extensa e qualificada trajetória de escolarização, fruto de uma distribuição desigual do conhecimento, para a maior parte da população resta o mundo do trabalho precarizado e alienante. Para Kuenzer (2017, p.341), a perspectiva de ser “multitarefa” não é promissora, já que significa um menor período de treinamento, ou seja, um treinamento mais precário e fragilizado para a prática de atividades necessárias ao mercado de trabalho. Nesse sentido, o Novo Ensino Médio torna ainda mais desigual a trajetória entre alunos de escolas públicas e privadas do país, pois enquanto as primeiras ofertam, em sua maioria, apenas um dos itinerários, as demais oferecem o ensino integral.

Para além de uma formação mecanicista e voltada ao mundo do trabalho, a reforma propõe a ampliação da carga horária como um falso incremento pedagógico, bem como uma flexibilização curricular. No entanto, cometeu um equívoco crasso ao retirar áreas fundamentais do currículo obrigatório. Assim, na compreensão de Moll (2017, p. 69), alongar a régua do tempo para ampliação da jornada escolar, sem redimensioná-la, não muda efetivamente os resultados do processo educativo, tampouco garante a permanência dos

estudantes nos bancos escolares. Nesse contexto de inclusão de disciplinas estritamente vinculadas ao mundo do trabalho em detrimento de uma educação histórico-crítica, não é possível pensar em uma formação libertadora, haja vista os quatro anos em que essa ótica já vem sendo implantada no estado do Paraná, núcleo gerador dessa experiência neoliberal na educação, bem como Brasil afora.

É fato que ao longo dos últimos anos o componente curricular da Literatura vem sendo negligenciado, e agora, com a reforma, sequer aparece como uma disciplina na BNCC, mas vinculada à área de “Linguagens, Códigos e suas Tecnologias”. Nesse sentido, alerta-se perante a liquidação desses conteúdos que

O apagamento da literatura e por consequência a não obrigatoriedade da formação de leitores literários, a considerar a proposta da BNCC, pode ser fatal sentido de sedimentar, de forma ainda mais contundente, a educação literária na formação dos alunos – uma educação que já se vê com inúmeros problemas desde os anos 1980 quando surgem pesquisas, como as de Zilberman (1988), apontando para a crise no ensino de literatura nas escolas. Em uma leitura talvez mais pessimista, o descaso com a abordagem da literatura na formação de crianças e adolescentes pode ser ainda mais devastador porque poucas são as possibilidades de formar leitores de literatura no ensino médio se as leituras literárias não se constituírem em um hábito a ser ampliado nessa etapa final da formação básica [...] na etapa seguinte, a literatura possa ser contemplada não apenas como um gênero textual dentre outros, mas também como objeto estético a ser apreciado com maior capacidade de análise, reflexão e interpretação. (PORTO; PORTO, 2018, p. 22).

A partir desse quadro, aponta-se a necessidade de revogação da Lei Nº 13.415/2017, visto ser a Literatura um elemento fundamental na formação integral do sujeito, não apenas pela recriação de realidades intrínsecas, mas como direito básico interligado ao objetivo de uma leitura de mundo que reconheça subjetividades e promova a liberdade de pensamento. Como afirma Candido (1995), os valores que a sociedade preconiza, ou que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura, nesse viés, confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de refletirmos dialeticamente a respeito dos problemas políticos e sociais que sempre se fizeram presentes e que hoje são radicalizados em virtude da constante ampliação do universo digital que impera sobre o sujeito pós-moderno, seja ele em idade escolar ou não.

3. Referências

CANDIDO, Antonio et al. O direito à literatura. *Vários escritos*, v. 3, p. 235-263, 1995.

COSTA, Marilda de Oliveira; SILVA, Leonardo Almeida da. Educação e democracia: base nacional comum curricular e novo ensino médio sob a ótica de entidades acadêmicas da Revista Linhas. Florianópolis, v. 23, n. 53, p. 217-245, set./dez. 2022. p. 243 Linhas área educacional. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 24, p. 1-23, dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782019240047>. Acesso em: 25 maio 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

PIZOLATI, Audrei Rodrigo da Conceição. A influência do discurso neoliberal na governamentalidade pedagógica no Brasil contemporâneo. *Cocar*, Belém, v. 14, n. 28, p. 521-540 abr./jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.31792/rc.v14i28>. Acesso em: 15 maio 2022.

PIZOLATI, Audrei Rodrigo da Conceição; ALVES, Alexandre. Responsabilização, meritocracia e desfiliação social no Brasil. *EccoS – Rev. Cient.*, São Paulo, n. 58, p. 1-19, jul./set. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5585/eccos.n58.11137>. Acesso em: 15 jul. 2022.

KUENZER, Acacia Zeneida. Trabalho e escola: A flexibilização do Ensino Médio no contexto do regime de acumulação flexível. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 38, n.139, p.331-354, abr.-jun. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017177723>. Acesso em: 12 out. 2021.

MOLL, Jaqueline. Reformar para retardar: a lógica da mudança no EM. *Revista Retratos da Escola*. Brasília, v.11, n.20, p. 61-74, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 12 out. 2021.

NAGASE, Raquel Hissae; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Política de avaliação e performatividade: gerencialismo, biopoder e controle social. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 22, n. 48, p. 248-266, jan./abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5965/1984723822482021248>. Acesso em: 21 maio 2022.

PORTO, Ana Paula Teixeira; PORTO, Luana Teixeira. O espaço do texto literário na Base Nacional Comum Curricular na etapa do Ensino Fundamental. *Signo*. Santa Cruz do Sul, v. 43, n. 78, nov. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/signo.v43i78.12180>. Acesso em: 05 out. 2021.

SILVA, Roberto Rafael Dias da. Emocionalização, algoritimização e personalização dos itinerários formativos: como operam os dispositivos de customização curricular? *Currículo Sem Fronteiras*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 699-717, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol17iss3articles/silva.pdf>. Acesso em: 03 maio 2021.

SIBILIA, Paula. *Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

NARODOWSKI, Mariano. *Un mundo sin adultos*. Buenos Aires: Debate, 2016.